

ACTA DA REUNIÃO ORDINARIA DA CÂMARA
MUNICIPAL DE ESTREMOZ, REALIZADA NO
DIA VINTE E TRÊS DE AGOSTO DO ANO DOIS
MIL.-----

---- Aos vinte e três dias do mês de Agosto do ano dois mil, nesta cidade de Estremoz e edifício dos Paços do Município, pelas catorze horas e trinta minutos, sob a presidência do Senhor Presidente Luís Filipe Pereira Mourinha, e estando presentes os Senhores Vereadores Alberto Caldeira Ferreira da Silva, Dr. José Domingos Carvalho Ramalho, Dr. José Emílio Câmara Vasconcelos Guerreiro, Paulino Artur Rebola Pereira e Narciso Maria Parreira Patrício realizou-se a reunião ordinária desta Câmara Municipal .---------- Faltou á reunião o Senhor Vereador José Manuel Ruivo Palmeiro, por se encontrar de férias. ------- Como Secretária à reunião esteve presente a Chefe de Divisão de Administração e Finanças, Rita Maria Damásio Barroso Rodrigues Bizarro.-----PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: O Vereador Paulino Pereira começou por pedir informação acerca das obras de recuperação das muralhas, porque verifica que neste momento estão paradas, tendo o Senhor Presidente respondido que após algumas averiguações que fez pensa que o atraso nas obras se deve á substituição do Director Regional. ---------- Em relação a outro assunto referiu que em seu entender o horário do Posto de Turismo de Estremoz deveria ser revisto, principalmente no período de Verão, pois verificam-se situações um pouco desagradáveis, nomeadamente durante o período de almoço dos funcionários, quando os turistas se dirigem para pedir qualquer informação, até sobre os locais de interesse da cidade, e deparam-se com o Posto de Turismo fechado, ficando sem saber o que visitar, e até indo embora



sem ficar a conhecer a nossa cidade, facto que se reflecte na imagem do nosso concelho. ---------- O Vereador José Guerreiro disse que tem consciência de que o serviço fica aquém do que seria desejável, não obstante a boa vontade das pessoas que lá estão a trabalhar, e que são três, sendo apenas uma delas qualificada para o lugar, mas isso deve-se a uma lacuna no quadro de pessoal da Câmara, que não tem lugar para pessoas qualificadas. Acrescentou que é seu desejo que ainda neste mandato se faça uma revisão do actual quadro de pessoal e se abra lugar para pessoas com formação académica de modo a podermos dar resposta ao que se pede e ao que este concelho merece e necessita para o seu Posto de Turismo, no entanto terá que referir que apesar das actuais limitações é importante que se diga que este é dos poucos que ainda se mantém aberto aos Sábados e Domingos, facto que exige uma certa rotatividade nos serviços e até alguma boa vontade por parte das funcionárias. Por outro lado cada vez mais há solicitações sobre o turismo da nossa região, sem ser ao balcão do posto, nomeadamente via carta, entre outros meios. Além disso em seu entender as condições e a localização do actual Posto de Turismo não são as melhores, sendo sua grande vontade que este seja transferido para outro local no Rossio Marquês de Pombal, num espaço com cerca de quatrocentos metros quadrados onde se possa até fazer exposição do nosso artesanato, não obstante que após as obras do Rossio possa funcionar um pequeno posto num dos quiosques que vão ser feitos naquele local. ---------- O Vereador Alberto Silva disse ter visto num órgão de comunicação social um relatório da Região de Turismo de Évora onde era referido ter havido formação em onze concelhos do distrito, onde foram formadas trinta e duas pessoas e que estão a desempenhar funções nos diversos postos de turismo, por isso perguntou se no concelho de Estremoz houve inscrições, ao que o Senhor Presidente respondeu que sim e essa pessoa está no Posto de Turismo de Évoramonte. Recomendou ainda que aquando da realização da próxima Cozinha dos Ganhões estejamos atentos para outras iniciativas que possam decorrer paralelamente a esta, organizadas pela RTE. --------- O Vereador José Guerreiro recomendou á comissão nomeada para os contactos com Zafra para o facto de mais uma vez se estar a aproximar a feira daquela localidade e que deverá ser manifestada a intenção da nossa participação na mesma como tal é para nós necessário sabermos



com alguma antecedência qual o espaço que nos será disponibilizado
O Vereador Alberto Silva disse que na reunião que teve com a Vereadora da Cultura de Zafra
já manifestou essa preocupação e sugeriu até a nossa participação mais activa, com alguns eventos
culturais, nomeadamente a participação de alguns dos nossos ranchos folclóricos, equipas
desportivas entre outras coisas, e viu muita receptividade nessa sua proposta
O Vereador José Ramalho referiu que ainda não lhe chegaram ás mãos alguns dos documentos
que tem vindo a pedir de algum tempo a esta parte e perguntou o que é feito da deliberação
aprovada em reunião desta Câmara sobre o nosso apoio a Moçambique
O Senhor Presidente esclareceu que contactou alguns Bancos na expectativa de que seja
alguns deles a dar um subsidio para a abertura da referida conta aguardando a resposta deles, no
entanto a conta será aberta no Banco que der o subsidio maior
O Vereador José Ramalho disse que leu um artigo na comunicação social sobre o valor
excessivo dos recibos de água e referiu que no mesmo artigo o Senhor Presidente disse que são
quatro ou cinco casos pontuais, no entanto ultimamente têm-lhe feito chegar ás mãos muitos casos,
em que isso acontece e não são os quatro ou cinco referidos pelo Senhor Presidente, podendo até
ilustrar isso com o recibo da sede do Partido Socialista, que este mês pagou um valor muito
elevado, quando o consumo é mínimo.
O Senhor Presidente disse que regra geral é comum os consumidores virem falar com ele e a
primeira reacção que têm é dizer que não consumiram aquela água, mas quando, posteriormente, os
nossos canalizadores se deslocam ás suas casas verificam que houve ou há avarias, quer seja
rupturas, torneiras e ou autoclismos avariados, o que faz imediatamente aumentar o consumo, ou
até a falta de leitura deste ou daquele contador, motivo pelo qual agora já se faz a rotatividade dos
leitores cobradores
O Vereador Paulino Pereira disse que em seu entender os consumidores são penalizados pela
actual fórmula de cálculo para o consumo da água, tendo o Vereador Alberto Silva concordado
com o que este disse, ou seja também ele acha que a divisão dos escalões não está muito bem feita
O Vereador Narciso Patrício esclareceu que actualmente, e com esta formula, a Câmara recebe



muito menos dinheiro do que anteriormente, pois os cálculos estão feitos com base nos consumos
anteriores
O Vereador Alberto Silva disse que em seu entender nem sempre se pode atribuir a culpa do
consumo excessivo aos consumidores, pois muitas vezes acontece que isso também se deve a ar nas
tubagens, quando há cortes de água em determinada zona, e até pode ser o próprio contador que
esteja avariado, e isso não se vê com a aferição
O Vereador José Ramalho referiu que em seu entender este sistema de pagamento de água é o
pior que já se praticou, e trás custos psicológicos ás pessoas, porque estas preferem pagar
mensalmente em vez de bimestralmente, pois assim pagam o dobro, o que lhes custa muito mais,
além de que até aqui tem-se sempre atribuído o erro aos consumidores, mas em sua opinião o erro é
técnico e continua a dar como exemplo o recibo da sede do Partido Socialista, que normalmente é
pago por si e que nos últimos três ou quatro anos pagou sempre o consumo mínimo, ou seja
trezentos ou quatrocentos escudos e agora de repente aparece um recibo de cerca de nove mil
escudos, num local que não é habitado e onde se vai apenas periodicamente, e isto porque a leitura
não é feita. No entanto todos os meses diz aos leitores cobradores para lhe dizerem quando vão lá
fazer a leitura para que ele Ihes possa ir abrir a porta, o que até agora não aconteceu. Perguntou
também se a Câmara está a cobrar caução aos consumidores, por um contrato de água e em caso
afirmativo quanto, e disse que segundo a nova legislação isso é ilegal
O Vereador Narciso Patrício respondeu que nos recibo de água há um número verde para o
qual os consumidores podem ligar para dar a leitura que marca o seu contador, por isso só não o faz
quem não quer e em relação ao facto de se cobrar caução esta não é ilegal, pois quando saiu esta
legislação a Câmara pediu diversos pareceres jurídicos sobre o assunto e todos eles dizem que as
Câmaras são autónomas nesse sentido e não estão vinculadas a seguir a legislação
O Vereador Paulino Pereira alertou o Vereador Narciso Patrício para as rupturas nas condutas
de água que há na cidade, pois algumas estão a correr há tanto tempo que já parecem lagos, o que é
um desperdício e dá uma má imagem dos serviços da Câmara. Falou também da falta de segurança
que há nas obras privadas que ocupam parte da via pública e que segundo ele ou a fiscalização não



actua ou os construtores não respeitam a fiscalização e sublinhou uma obra que está a decorrer
junto aos Correios, por cima de um estabelecimento comercial, e que trás grandes prejuízos para o
citado estabelecimento, uma vez que os andaimes o tapam lateralmente, não sabe se tecnicamente é
ou não possível colocar os andaimes de maneira a que não prejudiquem a entrada no
estabelecimento mas no entanto deixa o alerta ao Senhor Presidente
O Senhor Presidente disse que a obra a que se refere o Vereador Paulino Pereira seguiu, na
Câmara os trâmites legais e o seu despacho foi com base na informação da fiscalização e
acrescentou que irá mandar rever o processo para tentar resolver o assunto da melhor maneira
possível
O Vereador Alberto Silva sublinhou que realmente se trata de uma obra de grande
envergadura em que os telhados foram levantados mas no entanto deveriam ter em atenção não só a
segurança na parte da frente do edifício, ou seja para a Rua Cinco de Outubro, mas também na Rua
da Misericórdia, onde também há um estabelecimento comercial por baixo da obra
O Vereador José Ramalho convidou o executivo a consultar a página do Alentejo Digital
sobre Estremoz, que em sua opinião é muito melhor do que a que está na Internet. Por último disse
ter visto na acta da reunião anterior que os Senhores Vereadores José Guerreiro e Narciso Patrício
foram notificados para estarem presentes no Tribunal, por isso gostaria de saber sobre o que foi o
processo e qual o andamento do mesmo
O Senhor Presidente disse que foi a empresa CRIVA que accionou um processo contra a
Câmara por se achar no direito de utilizar duas habitações, situadas no Terreiro do Barguilho, que
são propriedade da Câmara, e que esta lhes emprestou para utilizarem como escritório durante o
decorrer das obras, no entanto uma dessas habitações neste momento faz falta á Câmara e a CRIVA
não a quer desocupar por ainda não ter terminado a obra
ORDEM DE TRABALHOS: O Senhor Presidente apresentou a seguinte ordem de trabalhos:
Aprovação da acta da reunião anterior;- Expediente Geral; - Delegação de Competências; -
Alteração Orçamental, - Empreitada de Pavimentação do Rossio Marquês de Pombal em Estremoz;
-Subsídios; - XIX Volta ao Alentejo em Bicicleta; - Alteração aos Estatutos da AMDE e Vistorias.



APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR: Tendo o texto da acta indicada em
epígrafe sido previamente distribuído a todos os elementos da Câmara, foi dispensada a sua leitura
de harmonia com o disposto no artigo quarto do Decreto-Lei número quarenta e cinco mil
novecentos e sessenta e dois, de vinte de Novembro de mil novecentos e sessenta e três
E não havendo rectificações a fazer foi a mesma aprovada por maioria, com uma abstenção do
Senhor Vereador José Ramalho por não ter estado presente na última reunião
EXPEDIENTE GERAL: Foi presente e lido um oficio da Associação de Municípios do Distrito
de Évora enviando memorando da reunião com o Senhor Ministro do Ambiente e Ordenamento do
Território, que decorreu no Governo Civil de Évora no dia doze de Julho de dois mil
Tomado conhecimento
DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS: Foi presente para conhecimento uma relação dos
despachos que o Senhor Presidente proferiu em delegação de competências no período de trinta e
um de Julho a dezoito do corrente mês.
Tomado conhecimento
Foi presente uma relação dos despachos proferidos pelo Vereador José Palmeiro, sobre
pedidos de transporte no período de dois a sete, e proferidos pelo Senhor Presidente de oito a vinte
e três do corrente mês.
Tomado conhecimento
ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL: Foi presente a proposta número seis de alteração do orçamento
para o ano de dois mil, de acordo com os artigos trigésimo primeiro e trigésimo segundo do
Decreto Lei número trezentos e quarenta e um barra oitenta e três, de vinte e um de Julho, tendo o
Senhor Presidente prestado os devidos esclarecimentos acerca do assunto
Depois de analisada a Câmara deliberou, por maioria, com três abstenções dos Vereadores
Alberto Silva, Paulino Pereira e José Ramalho, aprovar a referida proposta, a qual fica por cópia a
fazer parte integrante desta acta
EMPREITADA DE PAVIMENTAÇÃO DO ROSSIO MARQUÊS DE POMBAL EM
ESTREMOZ: Foi presente um oficio enviado pelo Tribunal de Contas em que devolve o processo



da empreitada de pavimentação do Rossio Marquês de Pombal em Estremoz, por carecer de
deliberação da Assembleia Municipal a autorizar a repartição dos encargos decorrentes do contrato
pelos anos de dois mil e dois mil e um, uma vez que o prazo de execução da obra irá prolongar-se
durante o próximo ano
Depois de analisado o processo a Câmara deliberou, por unanimidade, solicitar á Assembleia
Municipal a realização de uma sessão extraordinária para aprovação da repartição dos encargos, da
empreitada de pavimentação do Rossio Marquês de Pombal, decorrentes do contrato pelos anos de
dois mil e dois mil e um
SUBSÍDIOS: O Senhor Presidente apresentou uma informação da Secção de Contabilidade, a qual
fica por cópia a fazer parte integrante desta acta, dizendo que o subsidio no valor de dois milhões e
quinhentos mil escudos que foi atribuído á Comissão de Festas da Exaltação da Santa Cruz, na
reunião de cinco de Julho último deveria ter sido atribuído á Paróquia de Santo André, por ser esta
a entidade que cumpre os requisitos previstos no número quatro da alínea A do artigo sexagésimo
quarto da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro Depois
de analisada a informação a Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor
Presidente da Câmara
XIX VOLTA AO ALENTEJO EM BICICLETA: O Senhor Presidente apresentou uma
proposta que visa a participação da Câmara Municipal de Estremoz na XIX Volta ao Alentejo em
Bicicleta", na modalidade de passagem, em data a anunciar, mediante o pagamento de duzentos e
setenta e cinco mil escudos. Acrescentou ainda que a data da Volta ao Alentejo em Bicicleta irá ser
alterada, de acordo com a informação enviada pela AMDE, e que em principio será na primeira
semana de Julho de dois mil e um
Depois de analisada a proposta do Senhor Presidente, a Câmara deliberou, por unanimidade,
patrocinar a "XIX Volta ao Alentejo em Bicicleta," na modalidade de passagem e mediante o
pagamento de duzentos e setenta e cinco mil escudos
ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS DA AMDE: Foi presente a proposta de alteração aos
estatutos da AMDE



O Senhor Presidente esclareceu que este assunto depois de enviado á Assembleia Municipal,
veio novamente a reunião da Câmara porque a Assembleia deliberou na sua sessão ordinária
realizada em trinta de Junho último, não discutir a proposta de alteração aos estatutos por
considerar não ter informação suficiente para o poder fazer. Assim, propôs que juntamente com o
ponto cinco da ordem de trabalhos da presente reunião, a proposta seja novamente enviada á
Assembleia Municipal para ser discutida em sessão extraordinária daquele órgão deliberativo
Depois de discutido o assunto a Câmara deliberou, por unanimidade enviar o assunto á
Assembleia Municipal para que esta delibere sobre ele em sessão extraordinária
VISTORIAS: Foi presente um Auto de Vistoria para efeitos de divisão em propriedade horizontal
ao prédio sito na Avenida Vinte e Cinco de Abril, números vinte e quatro, vinte e seis e vinte e oito,
da freguesia de Santo André, concelho de Estremoz inscrito na matriz predial urbana da referida
freguesia sob o artigo número cento e cinco e descrito na Conservatória do Registo Predial de
Estremoz sob o número zero zero sete zero um barra dois dois zero três zero zero, de que é
requerente João Joaquim Russo Catarino, na qualidade de proprietário
Em face do parecer dos peritos constante do referido auto junto ao processo que verificaram
que as fracções do prédio constituem unidade distintas e isoladas entre si destinadas a habitação
divididas do seguinte modo:
FRACÇÃO A: - corresponde ao rés do chão com entrada pelo número vinte e quatro da Avenida
Vinte e Cinco de Abril, destinada a habitação composta por uma sala, um hall, uma cozinha, uma
despensa, uma instalação sanitária, arrumos e um logradouro. Tem a área coberta de sessenta e sete
virgula quarenta e cinco metros quadrados e área descoberta de dois virgula cinco metros
quadrados a que é atribuída a percentagem de vinte e sete virgula quinze
FRACÇÃO B: - corresponde ao rés do chão com entrada pelo número vinte e oito da Avenida
Vinte e Cinco de Abril, destinada a habitação composta por uma sala, uma cozinha, uma despensa,
uma instalação sanitária, arrumos e um logradouro. Tem a área coberta de cinquenta virgula
sessenta metros quadrados e área descoberta de dois virgula cinquenta metros quadrados a que é
atribuída a percentagem de vinte virgula sessenta e um



FRACÇÃO C: - corresponde ao primeiro andar com entrada pelo número vinte e seis da Avenida
Vinte e Cinco de Abril, composta por uma sala, uma cozinha, uma zona de comer, uma despensa,
dois quartos, um hall, uma instalação sanitária, uma cozinha, arrumos, um pateo, um logradouro
com anexo, um sótão e mirante. Tem a área coberta de cento e dezoito virgula zero cinco metros
quadrados e área descoberta de dezasseis virgula cinquenta metros quadrados a que á atribuída a
percentagem de cinquenta e dois virgula vinte e quatro
As restantes partes do edificio não individualizadas ficam em comum nos termos do artigo mil
quatrocentos e vinte e um do Código Civil
A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido formulado pelo requerente nos
termos do citado auto de vistoria.
Foi presente um Auto de Vistoria para efeitos de divisão em propriedade horizontal ao prédio
sito na Rua S. João de Deus números um e um A, da freguesia de Santo André, concelho de
Estremoz, inscrito na matriz predial urbana da referida freguesia sob o artigo mil quatrocentos e
setenta e descrito na Conservatória do Registo Predial de Estremoz sob o número cinco sete zero
seis folha oitenta e quatro verso do Livro B-15 de que é requerente Maria da Conceição César
Teixeira Reis, na qualidade de proprietário
Em face do parecer dos peritos constante do referido auto junto ao processo que verificaram
que as fracções do prédio constituem unidades distintas e isoladas entre si destinadas a habitação
divididas do seguinte modo:
FRACÇÃO A: Corresponde ao rés-do-chão, com entrada pelo número um A da Rua S. João de
Deus, destinada a habitação composta por um quarto, uma sala, uma cozinha, dois compartimentos
para arrumos, um corredor, uma marquise e uma instalação sanitária. Tem a área coberta de cento e
dezasseis virgula setenta metros quadrados e um logradouro com a área descoberta de dezanove
virgula trinta e dois metros quadrados
FRACÇÃO E: Distribuída pelos primeiro e segundo andares com entrada pelo número um da Rua
S. João de Deus, destinada a habitação composta por três quartos, uma cozinha, uma sala, uma zona
de comer, duas instalações sanitárias, uma marquise, um corredor, uma despensa e um



compartimento para arrumos
Tem a área coberta de cento e dezasseis virgula setenta metros quadrados e um logradouro
com a área descoberta de oitenta e oito virgula zero sete metros quadrados
As restantes partes do edifício não individualizadas ficam em comum nos termos do artigo mil
quatrocentos e vinte e um do Código Civil
A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido formulado pela requerente nos termos
do citado auto de vistoria
APROVAÇÕES EM MINUTA: A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta as
deliberações tomadas na presente reunião e subordinadas aos seguintes títulos:
Alteração Orçamental Empreitada de Pavimentação do Rossio Marquês de Pombal em
Estremoz;
Subsídios;
Alteração aos Estatutos da AMDE;
Vistorias
RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA: Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria com o
movimento de fundos, verificando-se que o saldo no final do dia de ontem era de cento e vinte e
oito milhões oitocentos e trinta e dois mil novecentos e cinquenta e sete escudos, correspondendo
cem milhões novecentos e cinquenta mil cento e quarenta e sete escudos a Operações Orçamentais
e vinte e sete milhões oitocentos e oitenta e dois mil oitocentos e dez escudos a Operações de
Tesouraria
ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO: O Senhor Presidente pôs a palavra à disposição do
público que dela quisesse usar para pedidos de esclarecimento à Câmara, tendo-se verificado as
seguintes intervenções:
A Senhora D. Barbara Caldeira disse ser a proprietária do estabelecimento do qual já se falou
nesta reunião, e como tal gostaria de perguntar ao Senhor Presidente de quem foi a negligência,
pois falou com o empreiteiro da obra, que lhe disse que seria uma obra para quinze dias, no entanto
esse prazo já passou há muito e o seu estabelecimento comercial está tapado, por isso sente-se



prejudicada porque em pleno mês de Agosto, quando há tantos turistas em Estremoz, não consegue
vender nada, porque as pessoas não podem circular no passeio em frente da loja. Pretende pois
saber quem é que lhe vai pagar os prejuízos, se a Câmara, se o empreiteiro ou o proprietário da
obra, e o que é que a Câmara vai fazer em relação a este caso
O Senhor Presidente respondeu que assim que houver noticias sobre o assunto, ser-lh-e-á
comunicado
O Senhor Francisco Falardo perguntou em que sitio se irão realizar as festas da cidade,
presumindo que seja junto ao jardin1 publico e por isso lamenta que os sanitários deste estejam tão
sujos para receber quem necessita de lá se deslocar, aliás não só os sanitários mas toda a cidade.
Referiu também a fraca iluminação existente na cidade e Zona do Castelo. Acrescentou também
que numa deslocação aos Correios foi com surpresa que verificou haver um expositor com diverso
artesanato e postais de outras cidades, como Évora e Elvas e não viu nada sobre Estremoz
O Senhor Alberto Silva perguntou quantos projectos foram aprovados para Estremoz em
relação ao QCA e qual o montante
O Senhor Presidente respondeu que dos projectos apresentados por Estremoz, no valor de
trezentos mil contos (parque de feiras em Veiros, ETAR 'S de S. Lourenço e Venda da Porca e
Rossio Marquês de Pombal) apenas vinte mil contos seguiram para aprovação, pelo que foi
apresentado protesto, não só de Estremoz como de outros concelhos que também não foram
contemplados
O Senhor Alberto Silva disse verificar que Estremoz está a ser descriminado em relação a
outros concelhos
E não havendo mais nada a tratar o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião pelas
dezasseis horas e trinta minutos, lavrando-se de tudo para constar nesta acta que por ele vai ser
assinada
E eu, Chefe de Divisão de Administração e
Finanças, a redigi, subscrevo e assino.